

CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Maria Cinthia Marques Viana¹; Maria Dulcinea da Silva Loureiro²

Introdução

Atualmente discute-se muito sobre a relevância do ensino da filosofia à educação dos jovens e, mesmo assim, ainda não se consegue fazer com que compreendam como essa disciplina pode contribuir na sua formação. Muitos autores renomados discutem sobre a importância da filosofia no ensino não apenas dos jovens, mas também das crianças, evidenciando os benefícios de uma educação filosófica para estes. Sua importância é tão significativa que a formação filosófica, em todo e qualquer estágio escolar, tem sua presença fundamental nas etapas de formação, principalmente, de crianças e adolescentes (SEVERINO, 2002).

Pensando nisso, o objetivo geral dessa pesquisa é conhecer as contribuições da filosofia para uma educação emancipadora, a qual desperte os envolvidos para agir com autonomia crítica. O presente trabalho tem como objetivo específico auxiliar a prática dos professores de filosofia, oferecendo-lhes um subsídio a mais para aprimorar sua atuação em direção a uma educação crítica e emancipadora. Assim, poderão entender como utilizar este saber para ampliar suas formas de atuar no ensino tanto das crianças quanto dos jovens, porque com a interdisciplinaridade tudo pode ser trabalhado em conjunto, mostrando todas as possibilidades de relação entre os conhecimentos existentes.

A filosofia permite compreender e ressignificar a existência humana, pois possibilita o questionamento e a reflexão em relação à realidade histórico-social. E, considerando que a emancipação é uma exigência de toda e qualquer sociedade constituída democrática, é necessário que todos os indivíduos tenham a oportunidade de apropriar-se de experiências que viabilizem a construção, o desenvolvimento de sua autonomia, que se emancipem e tornem-se atuantes ao passo que também possam proporcionar a outros a emancipação.

Método

Utilizando uma abordagem qualitativa, realizamos uma pesquisa bibliográfica. Iniciamos com um levantamento bibliográfico sobre a problemática da emancipação, onde foram priorizados os autores: Adorno (1995), Severino (2002), Gimbo (2017), Oliveira (2016). Quanto a escolha da bibliografia, optamos por considerar as contribuições de autores que abordassem desde questões relacionadas a importância da filosofia na formação dos jovens até a forma como essa disciplina pode impulsionar o desenvolvimento emancipatório de cada indivíduo.

Resultados

Partindo de estudos e discussões sobre educação e emancipação, destacamos Adorno (1995) quando, por meio de um relato, esclarece a emancipação fazendo referência à Kant, que definiu a menoridade num de seus breves ensaios. Numa democracia se evidencia a exigência da emancipação, pois o indivíduo não atingiu a maioridade, não possui vontade própria e deixa-se influenciar por outros, automaticamente não tem esclarecimento. Se desconsiderarmos o uso de nosso próprio entendimento, se não aprendermos a nos

¹ Universidade Regional do Cariri – URCA; cinthiamarques33@gmail.com.

² Universidade Regional do Cariri – URCA; mdslou@uol.com.br.

responsabilizar por nossas ações, a ter consciência das consequências de nossos atos, nos distanciaremos cada vez mais da emancipação. Ouvimos falar de educação e emancipação, mas não analisamos se somos educados para emancipação. A educação com todas as dificuldades que já enfrentou nas escolas ainda não conseguiu atingir o fim ao qual foi determinada: a emancipação humana.

Alguns autores discutem a importância da igualdade para que se possa garantir uma educação de qualidade e prover uma formação emancipadora. Gimbo (2017) fazendo referência a Rancière, deixa evidente que todos somos igualmente inteligentes – sem considerar que cada indivíduo possui particularidades e que as aptidões e habilidades não são desenvolvidas da mesma forma em todas as pessoas – e o que ele pretende é fazer uma reflexão sobre a educação que pautada no princípio igualitário pode propor uma nova pedagogia de ensino, além de contribuir para compreensão de uma educação bem-sucedida. Revisitando a pedagogia freiriana do oprimido, Freire redefine a compreensão de uma formação para a autonomia, considerando a história de uma sociedade marcada pelas desigualdades, e institui que há um caráter extremamente igualitário na educação e em sua capacidade emancipadora.

Neste sentido, Gimbo (2017) declarou tentar propor uma ideia de educação baseada na normativa antropológica e filosófica da história democrática e emancipadora. Utilizando a igualdade como princípio aumentamos as possibilidades de alcançar a educação como algo próprio e inerente aos seres humanos, ao passo que respeitamos suas diferenças constitutivas. Nesse caso, haveria o respeito a dignidade de cada ser inteligente e o reconhecimento de seu direito ao pleno desenvolvimento.

Empregar a igualdade na educação, reconhecer a inteligência de cada ser humano, torna-se um ato emancipador se permite que haja interação e possibilite condições para expressão individual da inteligência com o outro, no sentido de que possam aprender um com o outro. É necessário compreender as contradições sociais, trabalhadas por Freire tendo como base a relação opressores-oprimidos numa tentativa de evidenciar as desigualdades existentes na sociedade, que entram na escola impedindo o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente emancipadora.

A análise de Gimbo sobre Rancière e Freire nos ajuda a compreender melhor essas questões de igualdade de inteligência e contradições sociais, questões que nos fazem refletir sobre as desigualdades e formas possíveis de melhorar a educação utilizando tanto a filosofia quanto a antropologia, porque é importante sempre considerar a história e o contexto social. Conscientizar os jovens de suas possibilidades de crescimento pessoal, proporcionar um processo de aprendizagem que viabilize a emancipação e incite neles o desejo de defender seus direitos, sabendo que podem e devem decidir por conta própria e não deixar-se levar pelas decisões alheias.

Na emancipação há três movimentos: de quem liberta o outro, do que libertar-se do outro e que leva ao movimento condutor e conduzido em que ambos emancipam (OLIVEIRA, 2016). A emancipação também se refere a forma como o conhecimento é tratado, como pode proporcionar outras maneiras de relação entre os indivíduos. É fundamental pensar filosoficamente sobre o conhecimento que está sendo discutido com os estudantes e que concepções de mundo este promove aos mesmos e, ainda, o que os levam a formular tais concepções.

Sabe-se que a escola, estando localizada numa comunidade, recebe indivíduos com diversas identidades e as mais variadas experiências, pois, ainda que, estando num mesmo espaço as vivências e realidades dos estudantes são diferentes, o que constitui suas individualidades. Os estudantes carregam consigo suas histórias e ao chegarem na escola recebem outras referências desde valores e atitudes ao próprio conhecimento científico, e devemos considerar esta experiência que eles possuem, além de lhes possibilitar ampliar suas compreensões,

mostrando as relações entre as inúmeras formas de conhecimento. E dessa forma a escola contribui no processo de emancipação.

Nesse sentido, as relações entre escola, comunidade, professores, estudantes e conhecimento não devem ser de imposição, pois estariam negando o princípio da emancipação. A especificidade, nesse caso, seria de disponibilizar o conhecimento sistemático aos indivíduos. A reflexão filosófica trabalhada na ação pedagógica do professor de filosofia, considerando o conhecimento teórico e prático promovendo interações, pode envolver três pontos: a promoção da fala, a oferta de repertório e interações intencionais que promovem o diálogo. (OLIVEIRA, 2016).

É indispensável a promoção do diálogo e de experiências que viabilizem aos estudantes espaços de fala, que possam expressar suas inquietações e compartilhar o que sabem, que não sejam repreendidos, mas tenham voz e possam descobrir, nesses espaços possibilitados em sala, todo potencial que possuem, seu direito de decidir e não se permitir ser ludibriado, que aprendam a argumentar e saber defender o que acreditam sem desrespeitar os outros. Estas falas, discussões promovidas, devem estar embasadas nos conteúdos abordados e associados a vida, de uma maneira que possibilite ao jovem compreender “quem ele é” (identidade) e “como estar no mundo” (pertencimento), para que estes momentos tenham significação e não sejam simples jogar de palavras ao vento (OLIVEIRA, 2016).

Os estudantes entram na escola com um repertório constituído e cabe ao professor ampliá-lo por meio do conhecimento científico. Neste caso, cabe ao professor de filosofia ampliar o repertório filosófico de seus estudantes, apresentar-lhes a linguagem dos filósofos – já que quando trabalham questões referentes a filosofia, desde a existência às inquietações dos filósofos e suas expressões, utilizam palavras carregadas de sentimento, de humanidade – podendo contribuir para questões atuais. Não é apenas apresentar palavras, novos repertórios, para resolução dos problemas atuais, mas garantir que os estudantes tenham ferramentas suficientes para sustentar seus argumentos, alargar suas experiências, que possam encontrar inspiração ao passo que constroem seus caminhos.

A partir daí o diálogo passará a ocupar um espaço fundamental na comunicação e na relação do professor com seus estudantes, pois os temas se multiplicam e as palavras que irão utilizar já não serão apenas as palavras dos filósofos, mas também não deixarão de ter significado para eles, pois aprenderão a expor suas ideias e agora buscar significar sua existência.

Conclusão

Considera-se com tudo que já foi exposto que é importante avaliar a forma que os conhecimentos científicos e filosóficos estão sendo abordados na escola e dar atenção à relação de construção mútua de saberes compartilhada em sala de aula. As desigualdades presentes na sociedade, quando levadas à escola, apenas são perpetuadas, por isso devemos trabalhar com essas questões em sala e não permitir que elas encontrem forças maiores que as defendam. Defender a igualdade é lutar por uma sociedade justa, por uma democracia que esteja pautada na garantia da participação do povo nas decisões, e que este possa ser emancipado, que tenham poder de escolha. Valorizar o diálogo e por em prática experiências que possibilitem a obtenção de novos repertórios linguísticos aos estudantes. Dessa forma, eles poderão argumentar de forma contundente, terão como sustentar suas opiniões e decidir por si, ou seja, libertar-se.

A emancipação potencializa ao indivíduo condições de adquirir autonomia crítica, de superar suas limitações e alcançar melhores condições de vida, no sentido de que possa defender o que acredita, decidir por si, confiar em sua capacidade de conquistar o que deseja.

Compreender e ressignificar sua existência por meio da filosofia irá ajudá-lo a ter mais convicção e perceber o seu papel revolucionário, o poder que sua palavra, sua voz, possui.

Palavras-chave: Emancipação; Filosofia; Educação; Escola; Professor de Filosofia.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (2010). (p.169-185)

GIMBO, Fernando. **Emancipação intelectual e democracia:** para uma filosofia crítica da educação a partir de Jacques Rancière e Paulo Freire. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia, v.16, n.2, dezembro/2017. (p.270-284)

OLIVEIRA, Jorge Alves de. **O ensino de filosofia e as questões da emancipação e da identidade**. 2016. Disponível em: <<http://filosofiaeducacion.org/actas/index.php/act/article/download/46/29>>. Acesso em: abr. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A filosofia do jovem e a ressignificação de sua experiência existencial. KOHAN, Walter Omar (Org.). **Ensino de filosofia:** perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.183-194.